

Coordenadores:
Daniela Monteiro Gabbay
Bruno Takahashi

JUSTIÇA FEDERAL: INOVAÇÕES NOS MECANISMOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Autores:

Ana Cláudia Ferreira Pastore	Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Jr.
André Luiz Naves Silva Ferraz	Humberto Dalla Bernardina de Pinho
Antonio Rodrigues de Freitas Jr.	Juliana Bonacorsi de Palma
Bruno Takahashi	Luciane Moessa de Souza
Carlos Alberto de Salles	Marcella A. da Nova Brandão
Daldice Maria Santana de Almeida	Marco Aurélio Serau Junior
Daniela Monteiro Gabbay	Maria Cecília de Araujo Asperti
Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha	Nathalia Mazzone
Dayse Starling Lima Castro	Paulo Afonso Brum Vaz
Diego Faleck	Paulo Eduardo Alves da Silva
Edson Luiz Sampel	Paulo Marcos Rodrigues de Almeida
Fernanda Souza Hutzler	Priscila Faricelli de Mendonça
Geisa de Assis Rodrigues	Reynaldo Soares da Fonseca
Helena Dias Leão Costa	Valeria Ferioli Lagrasta Luchiar

Coleção
M|A|S|C
Meios Alternativos de
Solução de Conflitos

Coordenadores:
Ada Pellegrini Grinover
Kazuo Watanabe

Volume **5**



Brasília
2014

1ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P327j

Pastore, Ana Cláudia Ferreira

Justiça federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos. / Ana Cláudia Ferreira Pastore ; coordenação Daniela Monteiro

Gabbay, Bruno Takahashi. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2014.

688 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-19-8

1. Direito - Brasil. 2. Justiça Federal - Brasil. I. Gabbay, Daniela Monteiro. II. Takahashi, Bruno. III. Título.

14-15141

CDU: 343(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul

Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

Sumário

PARTE I

TEORIAS E TÉCNICAS 1

1. DESENHO DE SISTEMAS E MECANISMOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JUSTIÇA FEDERAL: UMA INTRODUÇÃO 3

Daniela Monteiro Gabbay

Bruno Takahashi

1. Um convite à leitura deste livro.....	4
2. A realidade da Justiça Federal: os litigantes, os conflitos e as experiências consensuais	8
3. Obstáculos para os meios consensuais?	17
4. Estratégias para o uso dos meios consensuais no contexto da Justiça Federal	24
Conclusão	31
Referências	32

2. MARCO LEGAL DA MEDIAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	35
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
1. Escorço histórico: do PL 4827 à Resolução 125 do CNJ	36
2. O Projeto do Novo Código de Processo Civil	38
3. Os Projetos de Lei do Ministério da Justiça e do Senado Federal ...	41
4. Perspectivas para o direito brasileiro.....	81
Referências	87
3. A ALTERNATIVA DA CONCILIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO E A SAÍDA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	91
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i>	
Introdução	92
1. Vista d'olhos sobre o jus-humanismo normativo	93
2. Reconstrução histórica do <i>due process of law</i>	96
3. A dinâmica entre regras e princípios	97
4. Nova leitura do princípio do devido processo legal	98
5. A alternativa da conciliação: reflexões sobre o acesso e a saída da Justiça Federal	100
Conclusão	107
Referências	107
4. PARA UM CONCEITO DE CONFLITO INTERSUBJETIVO DE JUSTIÇA.....	109
<i>Antonio Rodrigues de Freitas Jr.</i>	
1. A Instrumentalidade do Conceito	111
2. As Políticas de Justiça como Endereço	112
3. As Disputas em Geral e os Conflitos de Justiça em Espécie: Semelhanças e Contrastes.....	113
4. Para um Conceito	115

4.1 O Sujeito	115
4.2 O Objeto	116
4.3 A Conduta	118
4.4 O Valor	119
Conclusão	119
Referências	120
5. O DIREITO SUBJETIVO À CONCILIAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SUA APLICABILIDADE ÀS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	121
<i>Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Jr.</i>	
Introdução	122
1. Breve Compreensão do Sistema Jurídico como Base para a Interpretação Sistemática do Direito e de suas Normas	124
2. Os Meios Consensuais de Resolução de Conflitos e a Constituição de 1988	128
3. A Resolução Consensual dos Conflitos como Direito Subjetivo e seu Atendimento Frente ao Estado	134
Conclusão	139
Referências	142
6. A CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEU CONTROLE JUDICIAL	143
<i>Juliana Bonacorsi de Palma</i>	
Introdução	144
1. Delimitação da consensualidade administrativa.....	146
1.1 Consensualidade em sentido amplíssimo: a participação administrativa	148
1.2 Consensualidade em sentido amplo e em sentido estrito	152
1.3 Consensualidade em sentido restritíssimo: concertação administrativa	153
2. Viabilidade jurídica de a Administração Pública transacionar e a racionalidade consensual	160

2.1 Viabilidade jurídica da atuação administrativa consensual..	161
2.2 Consensualidade administrativa e seus potenciais efeitos positivos	166
3. O Poder Judiciário e a consensualidade administrativa: efetivação e controle.....	169
3.1 A consensualidade administrativa em sentido amplo efetivada no âmbito judicial	169
3.2 Parâmetros de controle à luz da teoria dos atos administrativos	173
3.2.1 Parâmetros de controle à luz da teoria dos atos administrativos	174
3.2.2 O foco do controle judicial da consensualidade no processo administrativo.....	178
Considerações finais	183
Referências	185
7. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO: CAMINHOS PARA UMA CONSENSUALIDADE RESPONSÁVEL E EFICAZ ...	189
<i>Luciane Moessa de Souza</i>	
Introdução.....	190
1. Fundamentos para a adoção de métodos consensuais de resolução de conflitos na esfera pública	191
1.1 Fundamentos constitucionais.....	191
1.2 Fundamentos infraconstitucionais	192
2. Os princípios constitucionais que regem a atuação do Poder Público e suas consequências na resolução consensual de conflitos	195
3. Os (falsos) argumentos contrários à consensualidade na esfera pública	198
4. As medidas necessárias para a viabilização da resolução consensual de conflitos individuais envolvendo o Poder Público.....	200
5. As medidas necessárias para a viabilização da resolução	

consensual de conflitos coletivos envolvendo o Poder Público..	201
6. O projeto de lei sobre mediação em curso no Senado Federal – conflitos que envolvem o Poder Público	204
Conclusões.....	207
8. A INDISPONIBILIDADE E A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONTROVÉRSIAS.....	209
<i>Carlos Alberto de Salles</i>	
1. Disponibilidade e solução alternativa de controvérsias.....	210
2. O conceito de disponibilidade e de indisponibilidade	211
2.1 Indisponibilidade material.....	212
2.2 Indisponibilidade normativa.....	213
2.3 Indisponibilidade e interesse subjetivo.....	214
2.4 Indisponibilidade e Direito Administrativo	215
3. Disponibilidade e indisponibilidade na Administração Pública..	216
4. Indisponibilidade e bens públicos	217
5. Indisponibilidade e reserva de jurisdição	220
5.1 A indisponibilidade como causa de reserva de jurisdição..	222
5.2 Transação, indisponibilidade material e reserva de jurisdição	223
5.3 Transação e bens coletivos	224
Conclusões.....	224
Referências	226
9. DESENHO DE SISTEMAS DE DISPUTAS NO CONTEXTO DA JUSTIÇA FEDERAL: UMA INTRODUÇÃO	229
<i>Diego Faleck</i>	
1. Introdução: O que é Desenho de Sistemas de Disputas (DSD) ..	230
2. DSD no Contexto da Justiça Federal.....	231
3. Moldura Teórica: Fundamentos do DSD.....	233
4. Papel do Designer.....	235

5. Conceitos Básicos de DSD.....	236
6. A Iniciativa do Design.....	239
7. Reunião de Informações.....	241
8. Análise e Diagnóstico.....	245
9. Desenhando o Novo Sistema.....	247
10. Implementação e Avaliação do Sistema	248
Considerações Finais	249
Referências	250
10. A AGREGAÇÃO INFORMAL DE DEMANDAS REPETITIVAS NA CONCILIAÇÃO JUDICIAL: PAUTAS CONCENTRADAS E MUTIRÕES.....	253
<i>Maria Cecília de Araujo Asperti</i>	
1. As respostas processuais ao fenômeno da repetição de disputas...	254
2. O gerenciamento e o tratamento consensual da litigiosidade repetitiva.....	256
3. Litigantes repetitivos vs. Litigantes Ocasionais	258
4. A agregação informal na conciliação judicial	262
5. As vantagens dos procedimentos informais de agregação	267
6. Os riscos da conciliação judicial de disputas repetitivas.....	270
Conclusão	271
Referências	272
11. NOVOS (E ADEQUADOS) RUMOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	275
<i>Nathalia Mazzonetto</i>	
Introdução	276
1. Novos rumos da Administração Pública: a busca por uma solução mais consensual para os conflitos.....	277

2. A participação da Administração Pública no âmbito dos procedimentos de mediação	281
3. A participação da Administração Pública na arbitragem.....	286
3.1 Alguns cuidados particulares na redação da cláusula compromissória	287
4. Recentes movimentações legislativas.....	290
5. A experiência na área de propriedade intelectual: os conflitos mais comuns.....	292
5.1 O papel e a integração do INPI no cenário dos mecanismos consensuais de solução de disputas – primeiros passos e desafios à vista.....	293
Considerações finais	301
Referências	302
12. POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS.....	305
<i>Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari</i>	
1. Antecedentes legislativos	306
2. A Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos – Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça ...	311
2.1 Acesso à Justiça como “acesso à ordem jurídica justa” ..	311
2.2 Mudança de Mentalidade - criação de uma nova cultura na sociedade brasileira, pautada na pacificação	313
2.3 Capacitação de conciliadores e mediadores – qualidade do serviço.....	315
Conclusão	319
Referências	320
13. O INSTRUTOR DE CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL.....	323
<i>Edson Luiz Sempel</i>	
Introdução	323
1. Uma autêntica <i>metanoia</i>	324

a) Entrega do coração	324
b) Participação nas audiências	325
2. Natureza da instrutoria	326
a) Características da instrutoria	326
b) dinâmica de uma instrutoria	326
3. O objetivo da conciliação	327
Conclusão	328
Referências	329

PARTE II

EXPERIÊNCIAS 331

14. O MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS (JEFS) E A (RE)AFIRMAÇÃO DO MODELO DE JUSTIÇA CONSENSUAL PELA INTRODUÇÃO DA FASE PRÉ-LITIGIOSA AUTOCOMPOSITIVA NAS SUAS ESTRUTURAS COMUNICATIVAS 333

Paulo Afonso Brum Vaz

Introdução	334
1. JEFs e retirada do Estado Social, burocratização e substituição da Administração pela Justiça	335
2. Os princípios da oralidade e da consensualidade no microsistema dos JEFs: o imperativo categórico de sua integral aplicação	338
3. Direito e justiça na pós-modernidade: um novo modelo de justiça consensual	342
4. Releitura da funcionalidade dos JEFs no modelo autocompositivo e consensual: equiparar as partes e garantir que a solução esteja consentânea com o direito	345
5. A emergência da consensualidade: a abertura democrática da Justiça na gestão de conflitos de interesses.....	348

6. A crítica à retração e à timidez dos Entes Públicos à política conciliatória: proposta de normatização da fase pré-litigiosa autocompositiva.....	349
Considerações finais	354
Referências	355

15. DEFENSORIA PÚBLICA E OS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS..... 359

André Luiz Naves Silva Ferraz

1. Conflito:.....	360
1.1 Conflito Intersubjetivo de Justiça:	361
2. Mecanismos Alternativos de Solução dos Conflitos:	362
2.1 Mediação:	365
2.2 Conciliação:	367
3. Defensoria Pública e Acesso à Justiça.....	368
3.1 Princípios Institucionais da Defensoria Pública	369
3.2 Solução extrajudicial perante o INSS e a CEF	370
Conclusão	371
Referências	372

16. A CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO E A RESOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS: UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA.... 377

Daldice Maria Santana de Almeida

Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Jr.

1. Norma Jurídica como Instrumento de Realização de Fins	378
2. A Judicialidade dos Fenômenos e a Dinâmica do Direito: do Estado Liberal ao Estado do Bem-Estar Social e Democrático de Direito	379
3. O Direito Social à Moradia na Constituição Brasileira	384
4. O Problema da Moradia no Brasil e o Sistema Financeiro da Habitação	388

Conclusão	396
Referências	397
17. CONCILIAÇÃO TRIBUTÁRIA NA JUSTIÇA FEDERAL FRENTE À NATUREZA INDISPONÍVEL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	401
<i>Priscila Faricelli de Mendonça</i>	
1. Contextualizando a análise	402
2. A natureza da Conciliação e o crédito tributário	404
3. A natureza do crédito tributário	406
4. Da legalidade	411
5. Conciliação e tributação participativa	417
Conclusão	420
Referências	420
18. A POSSIBILIDADE DO USO DE MÉTODOS CONSENSUAIS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	425
<i>Marcella A. da Nova Brandão</i>	
Introdução	425
1. A Conciliação e sua ainda pouca prática na Justiça Federal ..	426
2. Campo de aplicação da conciliação nos conflitos que tem por objeto questão de servidores públicos civis e militares ...	429
3. O que já ocorre atualmente em matéria de conciliação com servidores públicos federais	437
Conclusões	441
Referências	441
19. APONTAMENTOS CRÍTICOS ÀS CONCILIAÇÕES REALIZADAS EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	443
<i>Marco Aurélio Serau Junior</i>	
Introdução	443

1. Da cultura da sentença para a cultura da pacificação social ...	444
2. As conciliações em matéria previdenciária atendem ao objetivo de pacificação social?	445
2.1 Uma pretensão de descrição do cenário das conciliações previdenciárias.....	446
2.2 Menção especial aos Juizados Especiais Federais.....	448
3. O modelo “acordista” é legítimo?	449
3.1 O papel do magistrado ou conciliador.....	450
Conclusões.....	451
Referências	452

20. A CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO JUDICIAL DE SOLUÇÃO RÁPIDA E PACÍFICA DE DESAPROPRIAÇÕES: A EXPERIÊNCIA DE GUARULHOS..... 455

Paulo Marcos Rodrigues de Almeida

Introdução	456
1. O Processo de Desapropriação Tradicional	458
2. A Desapropriação Pretendida pela Infraero em Guarulhos	460
3. Os Problemas da Desapropriação Pretendida.....	461
4. A Identificação dos Expropriados.....	462
5. A Avaliação Judicial Prévia dos Imóveis.....	463
6. As Audiências de Conciliação	464
6.1 A preparação das audiências de conciliação	465
6.2 Ciência prévia dos laudos periciais	466
6.3 A audiência pública prévia.....	467
6.4 Geração de opções para a negociação: a disponibilização de opção de nova moradia para os expropriados de baixa renda...	470
6.5 As reuniões prévias com os Espólios dos antigos loteadores	472
6.6 As audiências de conciliação em si	472
7. Acompanhamento da Desocupação da Área Expropriada	475

8. O Novo Modelo de Desapropriação Desenhado pelos Juízes Federais de Guarulhos	476
Conclusão	478
Referências	479
21. JUSTIÇA DE SOLUÇÕES: DESOCUPAÇÃO HUMANIZADA	483
<i>Dayse Starling Lima Castro</i>	
Introdução	483
1. Métodos alternativos de pacificação social: desenho de sistema de resolução alternativa de disputas para conflitos de interesse público	485
2. A arquitetura do sistema de resolução de disputas criado para resolver as lides da Fundação Navantino Alves	487
2.1 Histórico do processo e da Fundação Navantino Alves ..	488
2.2 Etapas do DSD – Design do sistema de disputas	491
a) Análise do conflito e das partes interessadas e afetadas (1ª etapa).....	492
a.1 Inspeção judicial	493
b) Definição dos objetivos e prioridades do sistema (2ª etapa) e criação de consenso sobre o seu desenvolvimento (3ª etapa)...	495
c) Implementação do sistema e disseminação (4ª etapa) e avaliação do sistema (5ª etapa).....	497
c.1 Audiências de conciliação com os moradores/ocupantes dos imóveis da Fundação	498
c.2 Comissão de desocupação	500
c.3 Acompanhamento e avaliação constante do sistema	501
3. Do papel do Poder Judiciário e da atuação do juiz.....	501
3.1 Do ativismo judicial	503
Conclusão	507
Referências	509

22. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DA CONSENSUALIDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ECONÔMICA À LUZ DA EXPERIÊNCIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ..... 511

Dartanhan Vercingetórix de Araújo e Rocha

1. Introdução Situacional - Processo de Execução Fiscal	512
2. Obstáculos ao Ajuizamento de Execuções Fiscais pelos Conselhos Profissionais.....	517
2.1 Instituição de Valores por Ato Normativo Interno - Inconstitucionalidade – Aplicação da Lei Nº 6.994/82	517
2.2 Antieconomicidade das Cobranças	523
3. Atualidade dos Créditos dos Conselhos Profissionais – Advento da Lei Nº 12.514/11	534
4. Meios Não Jurisdicionais de Recuperação dos Créditos de Conselhos Profissionais – Conciliações na Seção Judiciária Do Ceará	540
Conclusão	547
Referências	548

23. SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E AGÊNCIAS REGULADORAS: LIMITAÇÕES E PROPOSTAS 551

Ana Claudia Ferreira Pastore

Introdução	552
1. Agências reguladoras: definição e estrutura	552
1.1 Algumas Agências reguladoras existentes no Brasil e suas atribuições.....	553
a) Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	553
b) Agência Nacional de Petróleo (ANP)	553
c) Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	554
d) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	554
e) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	554
f) Agência Nacional de Águas (ANA)	554
g) Agência Nacional do Cinema (Ancine)	555

h) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ...	555
i) Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT)	555
j) Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	556
k) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)	556
2. Tipos de conflitos enfrentados pelas Agências Reguladoras ..	557
3. Utilização dos diversos meios de resolução de conflitos pelas Agências Reguladoras	558
4. Limitações ao uso dos meios alternativos de soluções de conflitos pelas Agências Reguladoras	563
5. Propostas para viabilizar a maior utilização e meios alternativos de conflitos pelas agências reguladoras	567
Conclusão	569
Referências	571

24. A CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO 573

Fernanda Souza Hutzler

1. Histórico da Conciliação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região	573
2. Aspectos Básicos do Programa da Conciliação na Justiça Federal da 3ª Região: Conteúdo, Finalidade, Abrangência e Fundamento	577
2.1 Noções Fundamentais	577
2.2 Estrutura do Programa e das Competências	579
2.3 Conciliadores/Mediadores	581
2.4 Setor de Solução Pré-Processual de Conflitos	582
2.5 Setor de Solução Processual de Conflitos	583
2.6 Setor de Cidadania.....	587
2.7 Realização de Sessões de Conciliação à Distância.....	588
3. Estatísticas e Convênios do Programa de Conciliação na Central de Conciliação de São Paulo (CECONSP).....	589
Conclusão	593
Referências	596

25. OS MEIOS ALTERNATIVOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL – CCAF	599
<i>Helena Dias Leão Costa</i>	
Introdução	600
1. Breves Considerações sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos.....	602
2. A Advocacia-Geral Da União – AGU	605
3. A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.....	607
4. O Princípio da Eficiência	613
Conclusão	617
Referências	618
26. ANOTAÇÕES SOBRE A NEGOCIAÇÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	621
<i>Geisa de Assis Rodrigues</i>	
Introdução	621
1. O princípio da aplicação negociada da norma jurídica no Termo de Ajustamento de Conduta	623
2. A negociação de medidas compensatórias em Termo de Ajustamento de Conduta	628
Considerações conclusivas	633
Referências	634
27. A EXECUÇÃO FISCAL NA JUSTIÇA FEDERAL – APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA PESQUISA EMPÍRICA.....	635
<i>Paulo Eduardo Alves da Silva</i>	
Introdução	636

1. Desenvolvimento: alguns dados da pesquisa IPEA/CNJ e análises correspondentes	638
1.1 O acesso privilegiado dos conselhos profissionais ao rito e à justiça especiais	639
1.2 O procedimento minguate e cenário socioeconômico...	641
1.3 A deficiência no diálogo interinstitucional	643
1.4 Gestão e jurisdição	644
1.5 Resultados antagônicos: pagamento ou prescrição	644
1.6 Natureza jurisdicional da execução fiscal	647
Conclusão: análise das propostas e iniciativas para reverter o cenário da execução fiscal no Brasil.....	648
Referências	653